



TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS DESENVOLVIDOS NO ÂMBITO DA EMPREITADA DE ESTABILIZAÇÃO DA MARGEM DIREITA DO RIO MONDEGO ENTRE A PONTE DE SANTA CLARA E O AÇUDE PONTE – SONDAgens PRÉVIAS

Ana Sofia Gervásio ¹

Joana Garcia ¹

SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA

- Localização -

O presente resumo refere-se aos trabalhos arqueológicos, sondagens prévias de diagnóstico, efetuados em 2017 no âmbito do projeto designado por “Estabilização da Margem Direita do Rio Mondego entre a Ponte de Santa Clara e o Açude Ponte”, enquadrado no âmbito do programa de requalificação paisagística da margem direita do Rio Mondego, na cidade de Coimbra.

A área de intervenção engloba toda a via ribeirinha na margem direita do rio Mondego entre a Ponte de Santa Clara e a Ponte do Açude, União das Freguesias de Coimbra (Sé Nova, Santa Cruz, Almedina e São Bartolomeu), concelho e distrito de Coimbra (anexo I – figura 03). O referido espaço inclui-se na Planta de Ordenamento de Sítios com Potencial Arqueológico e Outros Imóveis com Interesse Cultural como sítio com potencial arqueológico e patrimonial, assim como na Zona Especial de Proteção (ZEP) do Edifício do Hotel Astória, classificado como MIP - Monumento de Interesse Público, Portaria n.º 224/2011, DR, 2.ª série, n.º 12, de 18-01-2011, e na ZEP do Edifício da Estação Nova, classificado como MIP - Monumento de Interesse Público, Portaria n.º 611/2013, DR, 2.ª série, n.º 182, de 20-09-2013.

- Enquadramento legal –

Os trabalhos arqueológicos enquadraram-se na categoria C, alínea c), do artigo 3.º, do Decreto-Lei n.º 164/2014 de 04 de novembro – Novo Regulamento dos Trabalhos Arqueológicos, que preconiza ações preventivas e de minimização de impactes integradas em estudos, planos, projetos e obras com impacto sobre o território em meio rural, urbano e subaquático. Ressalva-se também o cumprimento da Lei 107/2001 de 8 de setembro.

Em consonância com o parecer da Direção Regional da Cultura do Centro (Ofício S-2016/2735 (C.S: 11333363); Proc.º n.º DRC/2016/06-03/245/PPA/6877 (C.S: 150466) datado de 10/10/2016), propôs-se a realização de sondagens prévias à empreitada de diagnóstico arqueológico.

Todo o trabalho realizado pela equipa de arqueologia respeitou os termos da legislação em vigor. A ação arqueológica foi precedida da obtenção da licença junto da entidade competente, concedida verbalmente.

¹ Técnica Superior de Arqueologia na Divisão de Reabilitação Urbana da Câmara Municipal de Coimbra



Após a conclusão das sondagens prévias foi realizada o relatório final, aprovado pela entidade de tutela (Direção Regional da Cultura do Centro) a 12 de fevereiro de 2018.

- Equipa técnica e duração dos trabalhos -

O trabalho foi realizado pelas arqueólogas Ana Sofia Gervásio e Joana Garcia, após a respetiva autorização, fazendo ainda parte da equipa a antropóloga Carmen Pereira, os arqueólogos, Raquel Santos, Sérgio Madeira e Clara Sousa, com o auxílio de trabalhadores indiferenciados (Delfim de Almeida, António Monteiro, Vítor Bruno, José Rolo Doce, Domingos Ferreira, Luís Jegundo, Gilberto Martins e Lúcio Gonçalves). O desenho arqueológico e a topografia foram disponibilizados pela autarquia.

- Enquadramento geológico -

A zona conhecida por Baixa da cidade assenta sobre o campo aluvial do Mondego, formado no Quaternário (Plistocénico), que tem como principal característica a presença de terraços de areias e cascalho. (SOARES et AL., 1985: 65). A planície aluvionar do Baixo Mondego foi moldada pelo processo de assoreamento intensificado a partir do século XII, devido ao incremento a montante da área arroteada, da atividade pastoril e dos cortes de madeira que provocaram, naturalmente, um agravamento da erosão das vertentes (MARTINS, 1940). A planície aluvial a partir de Coimbra possui 4Km de largura máxima e aluviões com dezenas de metros de espessura (DINIS et AL., 2003: 2). O Mondego é conhecido como um rio de regime de montanha que durante séculos sofreu deposições sazonais de sedimentos muito finos, conduzidos através de suspensão e depositados em áreas de baixo curso, sendo a zona em causa uma zona de quase estuário. Tendo em consideração o que foi escrito por Walter Rossa (2001: 29), baseando-se em Adolfo Loureiro, o sítio onde hoje se implanta agora parte da cidade de Coimbra estaria no começo da era cristã a 2 ou 3m acima do nível do mar, altura mínima das águas do rio. No entanto, até finais do século XVIII, foi subindo devido ao assoreamento aproximadamente 80cm por século. Nessa fase teria estabilizado, uma vez que naquele local, o álveo do rio adquiriu um perfil com declive contínuo, arrastando com regularidade a carga aluvionar até à foz (Idem: 30). As margens do rio Mondego foram sofrendo oscilações ao longo dos séculos, sendo que, ainda no século XVII, o lado direito do rio desenvolvia-se parcialmente ao longo da atual Avenida Emídio Navarro e da Avenida Fernão de Magalhães (ALARCÃO 2008: 15).

Nas sondagens geológicas e geotécnicas realizadas na sequência do anteprojecto e do projecto foi posto em evidência que nas áreas em que se intersectavam os alicerces do muro, a camada anterior era composta essencialmente por aterros (alguns constituídos por areias) que chegavam a atingir pontualmente cerca de 6m. De salientar, ainda que no âmbito dos mesmos estudos se identificou o nível freático a mais de 3.50m de profundidade.



- Contexto do património histórico-arqueológico -

Situada nas margens do Mondego, Coimbra cresceu condicionada pelo seu rio. Com ele tem aprendido a viver num regime de coabitação nem sempre pacífico. Desde os primórdios da nacionalidade, que os antigos governantes têm feito esforços de forma a minorar as catástrofes associadas às cheias e aos assoreamentos do Mondego e visando aproveitar as potencialidades de navegabilidade e de fertilidade agrícola de Coimbra e do seu campo.

A navegabilidade do Mondego até Coimbra foi uma preocupação importante na antiga gestão do território, bem como a construção e manutenção dos respetivos cais de (des)embarque. Hoje Coimbra já esqueceu o tráfego fluvial e construído que foi o seu Açude-Ponte, preocupou-se apenas em deixar-lhe um dispositivo de transposição para peixes que durante as suas migrações subam o rio (Faria, 2006). A obra designada de Ponte Açude sobre o Rio Mondego e Viadutos de Acesso à Ponte Açude em Coimbra foi construída em duas fases distintas. A primeira fase, da responsabilidade da Direção Geral dos Recursos e Aproveitamentos Hidráulicos – atual INAG, data de 1980. Esta foi erguida sobre o Açude construído para regularização do Rio Mondego, sendo designada por Ponte Açude de Coimbra e Ramos de Acesso. A segunda fase de construção da obra, da responsabilidade da então JAE, teve início em 1990 e designou-se por Viaduto Norte de Acesso à Ponte Açude. (Faria, 2006).

No entanto, antes da construção da Ponte- Açude, havia vários cais e portos fluviais ao longo da margem direita, conforme consta da Carta Topográfica de 1845 (fig. 1 e 2). No sentido Ponte de Santa Clara – Ponte do Açude são os seguintes:

- Caes do Cerieiro (junto ao atual Largo da Portagem);
- Caes das Ameias (junto à atual Estação Nova);
- Caes das Olarias;
- Porto dos Cordoeiros;
- Porto de Santa Justa.

Foram portos e cais amplamente explorados por motivos comerciais, como os próprios nomes o indicam.

Com o decorrer dos anos o progressivo assoreamento dos rios reduziu as possibilidades de navegação, limitando a sua utilização a barcos de pequeno calado. No entanto em pleno séc. XX ainda era uma via bastante usada, principalmente para transporte de mercadorias (Martins, 1940:164-165).

Nos finais século XIX iniciou-se a modernização da cidade antiga de Coimbra. A estreita Rua de Coruche renasce mais ampla e com a designação de Rua do Visconde da Luz. Paralelamente era inaugurada a Mala-Posta entre o Carregado e Coimbra, o telégrafo elétrico, a iluminação a gás e planeava-se a expansão da urbe para norte (CALMEIRO, 2014: 17). Aos poucos Coimbra surgia uma cidade mais moderna, cujas transformações se prolongariam pelo resto da centúria oitocentista e prosseguiram pela seguinte.

Uma das maiores necessidades da cidade era sem dúvida, o alteamento das margens do Mondego por questões de salubridade e saúde pública, uma vez que o rio com frequência fustigava as ruas da Baixa. Contudo, e apesar dos esforços todas as obras empreendidas anteriormente foram incapazes de conter as suas águas (Idem: 238).

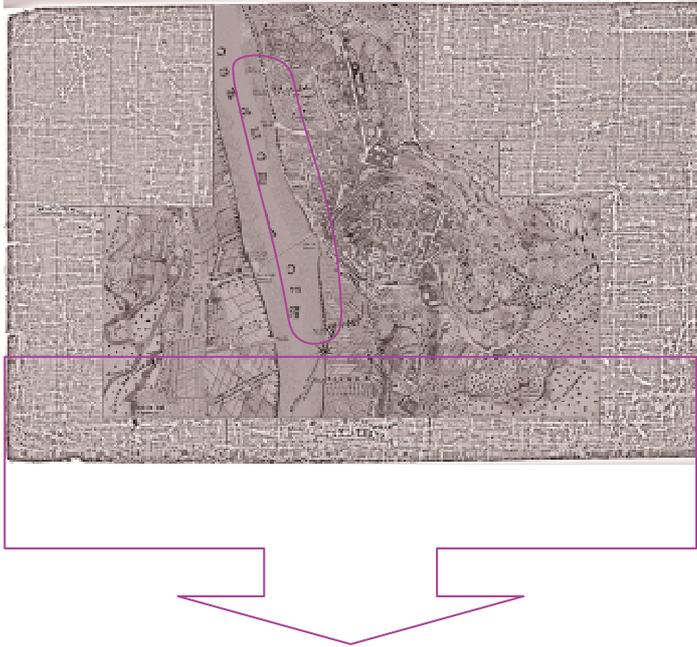


Figura 1 – Izidoro Emílio Baptista, (1845). Planta Topographica da Cidade de Coimbra

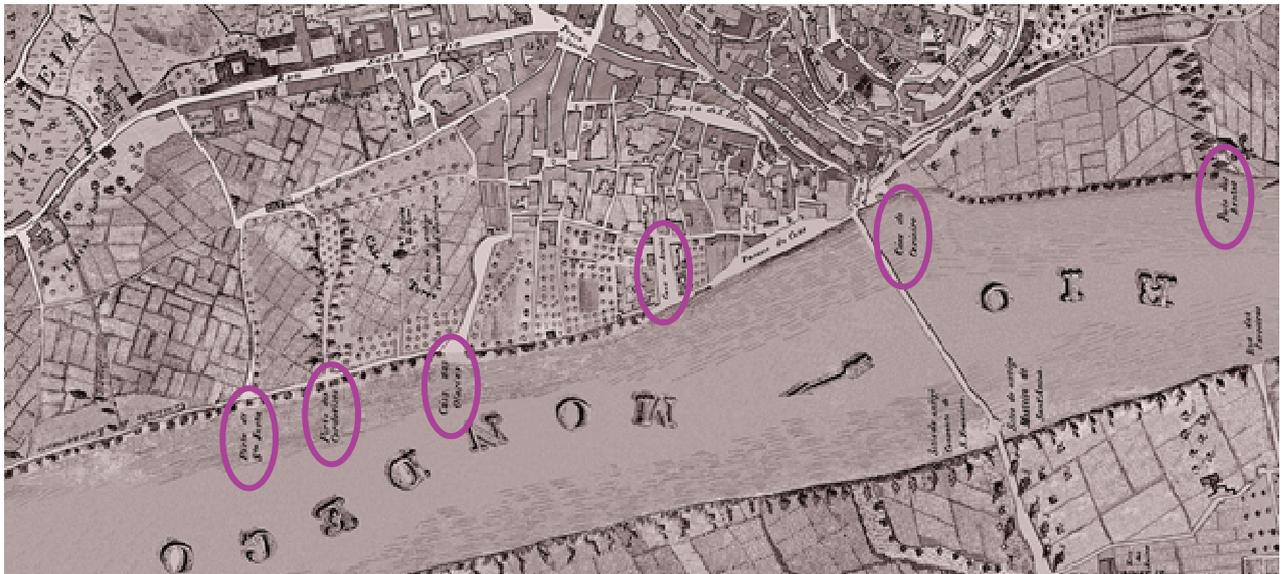


Figura 2 – Pormenor da planta anterior



Figura 3 – Vista para a ponte de Santa Clara, vislumbrando-se em 1.º plano a estrutura de um antigo cais (séc. XX – autor desconhecido)

Uma das primeiras medidas, foi tomada em 1872, por Lourenço de Almeida Azevedo que solicitou ao Governo a reconstrução da Ponte e suspendeu as obras nos cais, quer das Ameias, quer do Cerieiro até que fosse elaborado um plano de acordo com a *Direcção de Obras de Melhoramento do Mondego e Barra da Figueira* que se encontrava a desenvolver um projeto de defesa da cidade contra as inundações (Idem).

Construída a nova ponte (inaugurada em 1875) a uma cota mais alta e efetuado o aterro de defesa da cidade contra as inundações, o município pôs em andamento o projeto de embelezamento da cidade desde da sua porta principal, o Largo da Portagem. O plano de execução não foi concluído de acordo com o projeto do engenheiro António José de Sá, datado de 1874, aliás a requalificação do espaço apenas terá sido finalizada já no século XX. Será no princípio desse século, por iniciativa do Banco de Portugal, que foi rematada o alçado norte do Largo, no entanto, apesar da qualidade do projeto do arquiteto Adães Bermudes, a área ficou marcada por um conjunto de edifícios sem qualquer unidade, apresentando cêrceas completamente distintas (Idem: 243).

Será ainda quase no término da era novecentista que junto ao Cais das Ameias é inaugurada a nova estação da cidade (1885). Três anos depois começam as obras de implantação da nova linha férrea nas margens do Mondego, que permitiriam a “conquista” de 34m ao rio e a eliminação de um dos tramos da ponte metálica. Devido às inúmeras dificuldades destes trabalhos, o ramal de Coimbra à Lousã seria somente inaugurado em Dezembro de 1906 (Idem: 147). Não sendo as condições da nova estação as mais eficazes, foi construída uma outra edificação mais condigna (inaugurada a 15 de março de 1931), obra da autoria dos arquitetos Cottinelli Telmo e Luís Cunha (Idem: 398).



Uma nota interessante, que se verifica um pouco por toda a zona ribeirinha, sobretudo junto do Cais das Ameias e do Porto dos Oleiros, é o entulhamento por parte de fabricantes locais de cerâmica com detritos da sua indústria e outros, naquelas áreas. Essa afirmação pode ser comprovada por várias deliberações da Câmara de Coimbra, de meados do século XIX. Assim a 17 de junho de 1841, pretende fazer cumprir a postura, «[...] que proíbe despejos nos Cais, próximo à Ponte, Cais das Ameias [...], os quais somente são permitidos no Porto dos Oleiros [...]» (Anais do Município de Coimbra 1840-1869, 1072-1973: 39). Mais tarde, é considerada uma medida divergente uma vez que a 12 de março de 1847, o município delibera «[...] intimidar todos os oleiros para removermos entulhos das suas fábricas para o Cais das Ameias; e que esta medida se torne extensiva aos entulhos de todos os que fizerem obras.» (Idem: 150) 3 anos depois (17 de agosto de 1850) nova resolução, desta feita a intimidar [...] os oleiros a retirar todo o entulho que lançam para o Porto dos Oleiros.» (Idem 199). Estas referências fazem querer que a prática de vazamento de peças e fragmentos cerâmicos era recorrente entre os oleiros da cidade, sobretudo junto da zona ribeirinha, talvez dada a proximidade do bairro das olarias ao rio. Neste sentido é de todo credível que ao longo da margens do rio se localizam vestígios relacionados que essas ações de despejo de material espurco.

A nível arqueológico no troço alvo do presente projeto registaram-se as seguintes ocorrências:

- No Largo da Portagem, no tempo do 1.º rei de Portugal existiria, talvez, uma torre na ponte afonsina, anterior à da ponte manuelina de tamanho maior. Esse edifício poderá ter sido erigido em 1131, quando da restauração/reconstrução da ponte, ou mais tarde no século XII/inícios do XIII (ALARCÃO, 2012:61). Muros dessa torre antiga teriam sido postos a descoberto em 1981, durante uma escavação efetuada para a instalação de um coletor de águas. Apesar de na altura, os achados terem sido interpretados como pertencentes à torre manuelina, Jorge de Alarcão (Idem) levanta a hipótese de uma pertença à torre primitiva, devido à sua profundidade e às dimensões internas da mesma. Nessa descoberta surgiu apenas a porta do lado da ponte encerrada por um altar, que tapava a passagem e permitia ver unicamente um segmento do arco de volta inteira. O vão da porta observável em 1981 teria quase a largura interna da torre e seria coberta por uma abóbada em berço arruinada, quando se edificou a torre nova. Nos cantos visualizaram-se pedras que serviam a área posterior. Hipoteticamente, as portas da torre afonsina situavam-se no enfiamento uma da outra, enquanto que na manuelina formava um cotovelo (Idem: 63).

- Na sequência do achado de 1981 identificou-se ainda uma abóbada abatida, não relacionável com o edifício da época afonsina, já observável em 1676, nas imediações da torre manuelina. Esse seria o local onde por iniciativa de António de Magalhães e de sua mulher Sebastiana de Castelo Branco terá sido construída, entre finais de 1676 e inícios de 1677, uma capela embelezada no exterior por uma fonte com um banco.

- Também durante uma escavação ocorrida no sítio do Largo da Portagem, Vergílio Correia (1940: 27) identificou um fragmento de uma telha de rebordo romana, que poderia pertencer a uma estação arqueológica cuja natureza se desconhece.

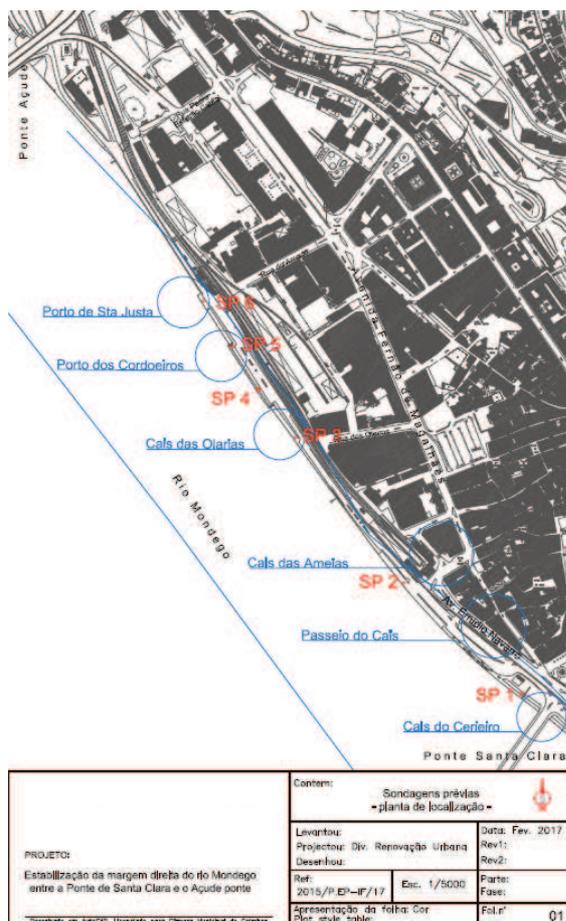


- No ano de 2000/2001, em obras de remodelação, o Banco de Portugal sofreu profundas modificações no interior e na fachada posterior. No âmbito desta intervenção, os trabalhos arqueológicos (trabalhos executados por Maria João Neves e Miguel Almeida em 2001) identificaram as várias transformações ocorridas no local durante o século XIX, princípios do século XX (<http://www.patrimoniocultural.pt/pt/> - CNS 16674). Nomeadamente, as transformações ocorridas entre 1837 e 1858 com a construção de um cais e a abertura da Rua Nova da Rainha, que originou a demolição de várias casas. Nos anos de 1873-1875 houve uma profunda transformação deste espaço, com o aterro e alteamento do Largo da Portagem, e a demolição da antiga ponte de pedra (Idem).

DESCRIÇÃO DOS TRABALHOS

- Sondagens arqueológicas prévias de diagnóstico –

Foram realizadas 6 sondagens arqueológicas prévias de diagnóstico. Todas as sondagens atingiram a cota referenciada para a execução da obra e foram estéreis do ponto de vista arqueológico. Não foram igualmente identificados materiais relevantes. Posteriormente, em acordo com a Tutela, as sondagens foram tapadas com os sedimentos oriundos das mesmas.



No entanto e tal como fazia parte das condicionantes da Direção Geral do Património Cultural, preconiza-se a realização de novas sondagens arqueológicas de diagnóstico prévio a decorrer já em fase de empreitada, mas anteriormente à mesma, num total de 160m². As mesmas terão de ser executadas por um arqueólogo com especialidade em meios húmidos. No mesmo período devem igualmente ser realizadas sondagens geoarqueológicas.

Numa fase ulterior considera-se relevante o acompanhamento arqueológico de todas as intervenções no subsolo referentes ao decorrer da empreitada.

Figura 4 – Localização das sondagens



Figura 5 – Sondagem 1 – Plano Final



Figura 6 – Sondagem 5 – Plano Final

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na sequência das sondagens arqueológicas de diagnóstico prévio do corrente projeto verificou-se que a estratigrafia, em geral, se resumia a camadas de época bastante recente com escassos materiais arqueológicos. Nalguns casos encontravam-se mesmo associados a infraestruturas contemporâneas, como cabos de eletricidade e tubos de rega.

Nem mesmo as sondagens com maior profundidade atingiram o nível freático, ou revelaram qualquer indício de humidade, pressupondo que este esteja a uma cota bastante mais baixa. Recordamos que o rio foi alvo de frequentes assoreamentos e regularizações do caudal, como acima referido.

Assim verificamos que a intervenção arqueológica não revelou estruturas ou níveis anteriores ao séc. XIX/XX.

Contudo, ressalva-se o facto de que os futuros trabalhos arqueológicos possam vir a revelar realidades diferentes.

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, Jorge de (1979). *As Origens de Coimbra. Atas das I^{as} Jornadas do Grupo de Arqueologia e Arte do Centro*. Coimbra: 23-40.
- ALARCÃO, J. de (1999). «A evolução urbanística de Coimbra: das origens a 1940». *Atas do I Colóquio de Geografia*. Cadernos de Geografia, n.º especial, 1-10.
- ALARCÃO (2008). *Coimbra: A montagem do cenário urbano*. Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto. Fundação Calouste Gulbenkian. Imprensa da Universidade de Coimbra. Coimbra.
- ALARCÃO (2009). *A Igreja Românica de S. Bartolomeu de Coimbra*. *Conímbriga*. 48: 211-230.
- ALARCÃO (2012). *As Pontes de Coimbra que se Afogaram no Rio*. Ordem dos Engenheiros. Coimbra.
- *Anais do Município de Coimbra 1840-1869 (1972-1973)*. Coimbra – Publicação Comemorativa do Cinquentenário da Biblioteca Municipal.
- BARROS, Carla Isabel (1996). *As Pontes de Santa Clara - Dos séc. XII a XX*. Seminário científico apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.



- BLOT, Maria Luísa Pinheiro (2003). *Os Portos na Origem dos Centros Urbanos. Contributo para a arqueologia das cidades marítimas e flúvio-marítimas em Portugal*. Ministério da Cultura. Instituto Português de Arqueologia.
- BORGES, Nelson Correia (1987). *Coimbra e Região*. Lisboa. Ed. Presença.
- BOTELHO, Bernardo de Brito, (1873). *História Breve de Coimbra*. Lisboa. Imprensa Nacional.
- BRITO, Vítor; FARIA, Tomás e MENDONÇA, Tiago. (2012). *IC2 – Ponte Açude sobre o Rio Mondego e Viadutos de Acesso em Coimbra – Reabilitação e Reforço*. Encontro Nacional BETÃO ESTRUTURAL - BE2012 FEUP, 24-26 de outubro de 2012.
- CALMEIRO, Margarida Isabel Barreto Relvão (Novembro de 2014). *Urbanismo Antes dos Planos: Coimbra 1834-1934*. Volume I. Universidade de Coimbra.
- CORREIA, Vergílio (1940). *Notas de Arqueologia e Etnografia do Concelho de Coimbra. Separata da Biblos*. Vol. XVI. Coimbra: 42-44.
- *Coimbra: Das Origens a Finais da Idade Média (2008)*. Coordenação de António Leite da Costa e Mário Nunes. Gabinete de Arqueologia, Arte e História. Departamento de Cultura. Câmara Municipal de Coimbra.
- CORREIA, V. e GONÇALVES, A. N. (1947). *Inventário Artístico de Portugal – Cidade de Coimbra*. Academia Nacional de Belas Artes.
- DIAS, P., (1981). *Evolução do Espaço Urbano de Coimbra*. Coimbra.
- DINIS, Jorge, AZEVEDO, José M. e ANDRADE, Ana I. (maio de 2003). *As voltas da água no Baixo Mondego – passado e presente, modeladora e recurso (sedimentologia, estratigrafia, hidrogeologia)*. Associação Portuguesa de Geólogos. XXIII Curso de Atualização de Professores de Geociências.
- FARIA, Santiago (Coord.) (2006). *Evolução do Espaço Físico de Coimbra*. Câmara Municipal de Coimbra.
- FIGUEIREDO, A. C. Borges de (1886). *Coimbra Antiga e Moderna*. Lisboa: Livraria Ferreira. Lisboa.
- LOUREIRO, J. P. (1964). *Toponímia de Coimbra. Tomo II. Coimbra*.
- MANTAS, Vasco (1992). «Notas Sobre a Estrutura Urbana de Aemínium». *Biblos*. Coimbra: Faculdade de Letras. 68: 487-513.
- MARTINS, Alfredo Fernandes (1940). *O esforço do homem na bacia do Mondego – Ensaio Geográfico*. Coimbra: 173 – 206.
- MAGALHÃES, Raquel Romero (2002). *A Urbanização da Quinta de Santa Cruz: Uma Nova Cidade no Flanco de uma Velha Cidade*. Arquivo Coimbrão. Boletim da Biblioteca Municipal. Volume XXXV. Coimbra.
- OLIVEIRA, António (1982). “Estrutura Social de Coimbra no Século XVI”. *A Sociedade e a Cultura de Coimbra no Renascimento*. Coimbra. Epartur.
- PENAJOIA, Marco Alexandre Ferreira (2011). *Os antigos enclaves portuários de Montemor-o-Velho: propostas para o seu estudo*. Coimbra.
- PETIZ, Paula, (2002). Aemínium. A Ideia do Espaço na Cidade Romana. *Arquivo Coimbrão*. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra. Vol XXXV.
- ROSSA, Walter, (2001). *Diversidade urbanográfica do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade*. Tese de Doutoramento apresentada ao departamento de Arquitetura da FCTUC. Edição do autor. Coimbra.
- SEBASTIAN, Luís (2010). *A produção oleira de faiança em Portugal (séculos XVI-XVIII)*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Dissertação de Doutoramento. 2010 (policopiado) – Coordenação de Rosa Varela Gomes.
- SOARES, A. F., MARQUES, J. F. e ROCHA, R. B. (1985). *Contribuição para o conhecimento geológico de Coimbra, Memórias e notícias*. Publicação Museu Mineral, Universidade de Coimbra. N.º 100, Coimbra: 41-72.

Internet (consultada em fevereiro de 2017):

<http://www.googleearth.com>

<http://www.patrimoniocultural.pt/pt/>